

Título: Narrativa de uma derrota: uma intentada república mineira na contramão da independência pedrina

MARCUS CAETANO DOMINGOS<sup>1</sup>

O presente texto apresenta as condições atuais de uma pesquisa que venho realizando desde 2010, de cunho particular, que visa um projeto de doutoramento. São resultados parciais e incompletos. O que pesquiso desde o mestrado na USP, realizado entre 2004 e 2007, primeiro sob a orientação de Carlos Guilherme Mota e a seguir de Márcia Regina Berbel, é Minas Gerais.

Inicialmente, com o primeiro orientador, a tentativa era realizar uma pesquisa de micro história, de história política, a respeito de algumas famílias de potentados que se arrancharam no Triângulo Mineiro nas primeiras décadas do século XIX, os Silva Oliveira e os Araújo, seus parentes. O título então era: “Távoras no Sertão”. Com a segunda orientadora o tema ganhou foco e analisei a participação de um elemento destas famílias no processo de independência do Brasil. O título da dissertação ficou assim: “D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais:1821-1822”.

Acabei mesmo fazendo uma pesquisa de micro história que adentrou o tema de Minas na Independência por um rumo inusitado e que me permitiu, como pesquisador de história, uma série de sensibilidades e perspectivas teórico-metodológicas que me alçaram a novas pesquisas, às quais me referi no caput, entre 2010 e 2013. Em minha dissertação de mestrado persegui a possibilidade de comprovar a desconhecida eleição de um 14º deputado que iria compor a bancada mineira às Cortes de Lisboa, e por fim foi mesmo comprovada a eleição. A bancada mineira não chegou a embarcar para Lisboa, entre janeiro e fevereiro de 1822 foi cooptada a permanecer no país, o reino do Brasil,

---

<sup>1</sup> Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFMG – Instituto Federal Minas Gerais – Campus Bambuí, desde 2009. Licenciado em História pela UFMG – 2001. Mestre em História Social pela USP – 2007.

assim como havia feito D. Pedro, Príncipe Regente, com o Fico, em 9 de janeiro de 1822. Assim que importância teve esta bancada, se não participou do constitucionalismo, se não esteve no palco onde era encenada a peça da qual eram atores? Nenhuma? E a eleição, que nem ao menos foi reconhecida, de um 14º deputado de uma bancada que nem sequer partiu por seu destino?

A resposta parece mesmo óbvia. É tentador desviar o olhar para os resultados deste processo histórico que culminaria, sabemos, na independência do país, o Brasil, sob a égide de uma monarquia encabeçada pelo herdeiro presuntivo da monarquia portuguesa, D. Pedro, feito Imperador com o título de D. Pedro I. parece mesmo sem importância os acontecimentos protagonizados pelos representantes de Minas no processo de independência brasileira, momento especial do processo de formação do Estado e da nação a ele associados. Na historiografia a província, seus políticos, a Junta Governativa provisional eleita em 1821, sua gente aparecem como personagens secundárias dos momentos chave deste processo. E à exceção de certos elementos da Junta Governativa, tidos até por portugueses, os mineiros são percebidos como adesistas de primeira hora.

Não poderia ser mais equivocada esta visão, é sobre isto que esta pesquisa versa. Discute a formação do Estado, do país da nação, pelo ponto de vista da história da participação da província e seus representantes e setores sociais variados nos processos em questão. A percepção da eleição de um deputado temporão, um tardio e não reconhecido 14º representante mineiro no constitucionalismo lusitano permitiu levantar questões que orientaram novas buscas. Esta eleição estava desaparecida, quase por completo, das narrativas, da historiografia e até da documentação do período. Mostrou-se uma história velada, difícil de ser revelada e comprovada.

Revelar os processos que determinaram o ostracismo e obscuridade ao qual foi relevado o tema e as questões levantadas por esta eleição desconhecida é revelar uma outra história de Minas na independência. É também um caminho que leva a rever os mecanismos que criaram uma visão tão forte do processo, visão construída no Brasil, de maneira oficial e oficiosa, que determinam aos contemporâneos uma visão do passado, projetada pelo mesmo, do passado ao presente. É como olhar para trás, no carro, na

estrada à noite, e só ver os faróis altos do que vem atrás. Do que foi projetado de trás para frente. Somente apagando, ou abaixando os faróis construídos pelos homens do passado é que nos permitiremos uma visão do mesmo, no caso da tão construída narrativa de nossa gênese nacional, especialmente.

Mas, no caso de Minas no processo de independência brasileira, entre 1821 e 1822, cuja história está ofuscada pelo farol da narrativa oficial do passado, como fazer para diminuir o farol e construir uma narrativa alternativa?

O passado não pode diminuir sua emissão, só nos resta encarar a luz da sua narrativa até ficarmos cegos temporariamente, e vendo sombras do passado, em efeito de claro escuro que vemos nestas situações de cegueira temporária, descrever o que vemos e entendemos destas sombras. É somente com muitas horas de pesquisa atenciosa das fontes e dos autores primeiros que deram corpo às narrativas oficiais é que começamos a ver na luz forte de documentos e narrativas as sombras, e os fantasmas que denunciam a falsidade das fontes e a construção das narrativas que permitiu sumir da história uma república intentada e tentada em Minas entre 1821 e 1822 e destruída in loco pelo Regente, para a Junta Governativa, a rebelde que suponho republicana. Fato de não pequena monta.

Aqui e ali podemos encontrar cacos, restos, dos documentos reais, da construção dos atuais, e nas entrelinhas da primeira historiografia o rame-rame de autores que sopraram entre os dentes, mas que não quiseram assumir em alto e bom tom suas verdadeiras visões do que houve em Minas em 1821-1822. Assim Cairu descreve o tema:

*“Nesta Secção cumpre-me pedir vênias aos Leitores, por ter que escripturar o mais momentoso período da História da Independência do Brasil, que envolve grandes sucesos, em que houverão cousas mysteriosas, que só escrevendo-se à distância dos tempos e lugares, e depois de mais exactas averiguações de futuros Escriptores, se poderão assaz escrever”. (sic.)*

O autor, o Visconde de Cairú, José da Silva Lisboa, publicou a obra da qual cito parte, quatro anos, apenas, depois do desenlace dos acontecimentos enfocados nesta pesquisa. Escreveu seu monumental “História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil”, em 1826. O trecho citado acima, e os demais citados neste tópico são parte das “Observações Preliminares” da Parte X, secção II, na qual Cairu enfoca os acontecimentos do ano de 1822.

O capítulo primeiro desta “secção II” tem o título: *Opinião Pública no Rio de Janeiro com a Notícia das Ordens das Cortes de Lisboa contra o Brasil*; ao conhecedor da história e historiografia da Independência, este serve como um atalho que já permite situar o momento político no qual estão inseridos dois episódios que conteriam as tais “coisas misteriosas” que faz menção, e situa-nos de vez em nossa temática de pesquisa e no político de seu tempo.

A primeira “coisa misteriosa” envolve as ações do Comandante das tropas portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro, Avillez, o General e suas tropas da Divisão Auxiliadora. Não nos interessa adentrar os mistérios, mas faz-se necessário descrever que eram fiéis portugueses que seguiam as diretrizes das Cortes de Lisboa, que desde o final de Setembro haviam decidido-se contrárias à permanência de D. Pedro no Brasil, permanência esta que foi anunciada ao público do Rio em 9 de Janeiro; ambos são célebres eventos da história nacional. Acabaram gerando o segundo episódio que seria cercado de “coisas misteriosas”, segundo Cairú. Um obscuro evento ocorrido em Vila Rica em 30 de Janeiro de 1822, em Vila Rica, que diretamente nos interessa. Escolhemos o trecho citado da obra de Cairu para iniciar o assunto tratado pela importância e significado do evento, do autor e da obra citada, e, pelas consequências historiográficas da análise das causas e consequências dos mistérios que realmente pairam sobre evento e os processos que o geraram e o tornaram, já em 1826, apenas quatro anos depois de ocorrido, “coisa misteriosa”, e os que permitiram que assim permanesse até os dias presentes.

Quando encontrei em Cairu o trecho citado no *caput*, em uma das recentes visitas ao setor de Obras Raras das bibliotecas da USP e UFMG, poucos meses atrás,

colocando como “coisa misteriosa”, o tema que estava me intrigando já há dois anos, fiquei pasmo. Encontrei do “Acórdão de 30 de janeiro de 1822” publicado na edição do Diário do Governo (Lisboa) do dia 21 de junho de 1822, sexta feira. Cairú confirmava a importância do tema que vinha pesquisando. E, incendiou minhas dúvidas a respeito de parte da documentação a respeito de Minas na Independência, que fui conferir, e da intensidade e natureza do governo da primeira, dividida e conturbada Junta Governativa provisional de Minas.

A forma como o autor tocou no tema do Acórdão de 30 de Janeiro, com cuidado e melindre, chamou a minha atenção que já estava voltada para tal episódio e os processos nos quais estava inserido. Para tocar no tema, sem emitir opinião própria, portanto, correndo menor risco de comprometimento, Cairu citou trechos do editorial da Gazeta do Rio, jornal oficial da Corte no Rio de Janeiro, do dia 28 de Fevereiro de 1822.

Nesta edição, segundo Silva Lisboa, seu:

“Redactor (da *Gazeta*) particularizou algumas circunstâncias incógnitas” mencionando e transcrevendo, como papel de maior importância, o intitulado Manifesto de 30 de Janeiro que fizeram alguns Cidadãos à Câmara de Villa Rica, que se oppoz à que o Governo Provisório expedisse Tropas da Província ao Rio de Janeiro”, requeridas pelo Príncipe Regente, disse (o Redactor, segundo Cairu): - “*que não se proponha descortinar o mysterio que nisso há. Eis nova razão da sobriedade que usei em a narrativa de vários sucessos*” ‘.

No volume analisado da obra de Cairu, nas notas preliminares, explicando seu projeto de escrita da história, projeto feito especialmente para a feitura do volume sobre 1822, Cairu deixou pistas de como a vitória do projeto pedrino determinou a narrativa da história dos projetos vitoriosos e o apagamento dos projetos rivais. Cercado de cuidados, e com motivos que foi explicitando, admite que não narraria os projetos fracassados, e mais, tomou como advertência o aviso do editor, conselho ditado pela

sobriedade, segundo o editorial da Gazeta, que o autor do livro teria levado até para... *a narrativa de vários sucessos.*

É um fato, a diversidade de projetos que compôs o processo de crise foi simplificada desde as primeiras narrativas, desde os discursos oficiais de D. Pedro, como o da abertura da constituinte de 1823, até as primeiras obras de peso, da qual a de Silva Lisboa é pedra angular, e, assim foi ficando difícil enxergar estas “coisas misteriosas”. Algumas sumiram, acredito, que no caso de Minas, como possível e provavelmente, da própria documentação oficial.

Silva Lisboa escreveu a narrativa dos sucessos, tendo por base documentos oficiais, dos órgãos vitoriosos, é claro. Esta é a base para a escrita de sua história do processo de Independência, ele o assume:

*“mas, na presente narrativa, cingi-me precisamente ao que foi patente aos olhos de todos, e consta de Proclamações, e Cartas do Príncipe Regente sobre esses e outros factos, bem como de impressos e principaes Nonumentos Históricos que offereço por Appendice à esta Secção.*

Cairú sabia mais, e queria deixar que nós o soubéssemos, que apenas fazia opções.

Mas, se não escreveu a narrativa das coisas misteriosas, apontou pelo menos dois episódios que deixou para os escriptores do futuro. Entre as narrativas não realizadas dos projetos está o mineiro. A documentação existente acessada é volumosa, não muito utilizada, mostra um projeto intentado pela junta mineira, projeto fracassado. Projeto de nação, barrado já como tentativa embrionária de criação de um Estado, aparentemente uma república em busca de parceiros (províncias), em negociação, na tentativa de formar uma federação ou talvez, mais acertadamente, uma confederação de Estados autônomos. O rol de iniciativas neste sentido pela Junta parece imenso, interminável, estou terminando a transcrição de toda esta documentação. Bem diferente do projeto vitorioso, o pedrino, monárquico, imperial, centralizador.

Quase oito anos estudando Minas na independência e tendo já no mestrado na USP tratado de revelar tema velado, a eleição de um até então desconhecido 14º deputado mineiro às Cortes de Lisboa, permitem-me, de tanto olhar para o farol do passado, perceber afirmar, sob riscos tremendos, que parte importante da história de Minas na independência é uma história velada, cheia dos tais mistérios e que foi muito apagada. Pela escrita de autores como Cairu e outros. O 14º deputado me introduziu nos mistérios de Minas na independência e me deu um olhar que duvida de tudo e de tudo busca o não dito, o apagado, os traços fortes da borracha que qualquer processo de apagamento deixar restar nos cantos dos cadernos, dos livros oficiais, das narrativas do passado que não deixar de ecoar alto no presente a ponto de tornar surdos os ouvidos e a ponto de cegar com seu farol o motorista desavisado, de olhos desatentos.

E mais grave, como já afirmei, foram encontrados, nesta pesquisa, indícios que permitem supor que a documentação que foi produzida pelos órgãos políticos derrotados em Minas, notadamente os da Junta Governativa Provisional, e mesmo o de algumas Câmaras Municipais, Paracatu e Vila Rica em especial, para o período de 1821-22, podem ter sido adulterados, especialmente os de Janeiro de 1822, até a vinda do Príncipe à Província entre Março e Abril daquele mesmo ano.

Nos últimos seis meses, sistematicamente transcrevi os documentos da Junta Governativa mineira, e decorre dos mesmos que nestes meses de Janeiro a Março, quando chega em Minas o Príncipe, ocorreu o ápice da disputa entre o projeto pedrino e aquele que se intentou em Minas. Depois de ler as centenas de documentos que transcrevi o que realmente parece é que estavam inflamados de patriotismo (mineiro) e estavam construindo uma república em Minas, como veremos adiante, obstada por D. Pedro, in loco, em sua viagem a Minas, sendo a verdadeira causa da mesma.

Mesmo entre as mais modernas pesquisas a respeito da Independência, no que toca a Minas, acredito que ainda há muito por ser feito, refeito, revisto, quanto mais em se levando em conta a possibilidade de que a documentação tenha sofrido seleção, cortes e transcrições. Na maioria destas pesquisas não se encontra mais do que citações dos documentos a respeito de Minas existentes no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino

- Lisboa), o CD nº 54 e último da coleção dos documentos de Minas enquanto capitania portuguesa. Trabalhos importantes. Não há nenhum que estude esta documentação da Junta Governativa, absolutamente nenhum. Além dos documentos do AHU encontram-se nos bons trabalhos atuais sobre Minas citações de trechos de documentos publicados na Revista do APM (Arquivo Público Mineiro) e no mais das vezes, a documentação das Câmaras municipais. Os documentos da Junta não se vê em trabalho algum.

Sobre Minas no período e tema estudados, há poucos trabalhos, (se houver algum), que sistematicamente realize cruzamentos entre as fontes, o que tem se revelado crucial para reconstruir a narrativa dos episódios em Minas. E que ofereça uma narrativa que não aponte apenas para eventos, lidos fora de um processo da crise em Minas, tempo da existência da primeira junta eleita na então província, cuja narrativa não há, quando há, são narrativas baseadas em versões de fonte oficial, como fiz em meu mestrado. É preciso construir esta narrativa de Minas na crise, fora do foco das luzes lançadas do passado, recompondo, desconstruindo, narrativas e mesmo versões documentais irreais.

Os documentos do 14º deputado, que estudei no mestrado, estavam espalhados, confundidos na documentação, os principais foram os que encontrei no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro). A maioria são documentos que não constam, (como deveriam) entre os documentos da Câmara da Vila de Paracatu, que também adquiri em meio digital, e transcrevi; centenas de documentos. Percebi, transcrevendo os documentos da Câmara de Paracatu, que o suporte material (livro-caderno) em que estão preservados parecia remontado, fisicamente, e mais, que continha buracos na documentação. Percebi depois que todos eram transcrições. Páginas com a mesma letra, inclusive assinaturas, especialmente no final de 1821, quando foi eleito o deputado e 1822, quando encerram sua história, coincidentemente, dia 30 de Janeiro de 1822. Na ocasião chegou uma “Parada” vinda de Vila Rica com ordens do governo da Junta para fazer uma devassa, suspender e encerrar a deputação, cuja eleição não reconheciam, e mandaram também recolher à Vila Rica os livros da Câmara, os mesmos livros que hoje acho que foram remontados. A Junta fez com os documentos

dos projetos que derrotou, como o do deputado de Paracatu, o que depois fizeram com seus documentos. Apagou. Os documentos da Junta parecem com os de Paracatu, transcrições e mais transcrições, com a mesma letra, até as assinaturas, buracos, uma farsa cheia de falhas bem perceptíveis. A história é mesmo, realmente escrita pelos vencedores, inclusive de Minas na independência.

Mesmo após os documentos da eleição do 14º deputado, representante da comarca de Paracatu serem mutilados, nos livros da Câmara daquela Vila, ainda sobraram restos da história da deputação, tão cheio de falhas que há pesquisador que não os compreendeu bem em doutorado recente defendido na UFMG, apontando até mesmo um nome diferente para o mesmo deputado que defendo ter sido eleito: D. Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswick, e que considero comprovado.

Dos documentos que tratam da deputação nos livros da Câmara, sobraram trechos apenas de toda a história. Pedacos que somente ganham contorno quando aos documentos da Câmara de Paracatu se une os que encontrei sobre a mesma deputação, no IHGB, e que me valeram o mestrado. Somente com seu cruzamento se percebe uma cronologia da crise que gerou a deputação extraordinária, até seu ocaso. Fica clara a extensão da seleção de documentos que ocorreu e do estrago que foi feito para a construção das narrativas dos projetos não hegemônicos. Percebe-se como a eleição do deputado de Paracatu foi feita uma destas coisas misteriosas que acredito abundam na história de Minas na independência.

Como esta Junta rebelde perdeu, seu projeto foi apagado, ninguém “deu bola” para sua existência, todos escrevem a respeito de “Minas na Independência” apenas com os documentos dos vitoriosos, Vilas e D. Pedro. Mas são documentos confiáveis? Acredito que as esferas médias de poder, as províncias, são menos estudadas do que as Vilas, no tocante à independência, devido ao fim que a história teve, as Vilas se uniram ao Príncipe e venceram.

Agora conheço as ações da Junta durante sua existência, o que aparece daí é um projeto profundamente rivalizante com o de D. Pedro, republicano, no limite. Mas, um

projeto derrotado, foi anulado, reescrito o período e a história deste projeto, do qual o Acórdão de 30 de Setembro, é epifenômeno, virou “Cousa misteriosa”.

Muitos tinham interesse em apagar estes documentos deste projeto derrotado em Minas, especialmente documentos relativos ao “30 de Janeiro”. Cairú o sabia, e os riscos eram latentes para os que não eram prudentes, como foi. Os protagonistas da Junta, uma vez derrotados, permaneceram alguns nos cargos por meses, e tiveram tempo e chance de fazer o que precisava ser feito, e acredito, a fizeram. Reescreveram, subsumiram, sumiram da história, voltaram em outra que ajudaram a escrever.

A documentação da Junta é quase toda transcrita e montada em livros que a própria documentação ordena serem adquiridos. Encontrei o documento mandando comprar os livros onde hoje está a própria documentação. A mesma letra por páginas e páginas, até mesmo as assinaturas, grandes buracos, especialmente onde são mais necessários, e uma reorganização dos documentos, quando de sua transcrição que os torna mais complexos uma leitura do todo, que somente se vislumbra uma vez transcritos os livros e reordenados os documentos, diminuindo os “gups” da documentação e permitindo uma visão do processo.

Durante décadas os protagonistas, e mesmo seus filhos, buscaram negar a participação dos pais nos episódios tratados, buscando diminuir sua participação, mudando o tom dos acontecimentos, ou simplesmente contando a história oficial. São cuidados desta natureza que acredito, podem ter levado Cairú a se desviar de determinados temas e a poupar certos protagonistas. E explica os motivos:

“Permita-me pois valer-me da Apologia, que de sua historia deo o Primeiro Historiador da *Achada do Brasil – João de Barros* na sua Década IV., que por morte deixou imperfeita: - *‘Porque não queríamos dar, nem receber escanda-lo de alguém, nem menos ouvir queixumes de alguns, que em nossa escriptura demos muitos louvores a louvores à huns, e não tanto à outros; que em huma parte fomos largo, e em outras estreito; e que escrevemos os bens que cada hum fez, e não os males &c. – pedimos por mercê a quem o nosso trabalho*

*não approve, que lhe apraza de nos perdoar, e não nos hajão por homem, que não cumpre com sua palavra”*.

Não é por menos, em 1826 as pessoas que estiveram envolvidas nos episódios de 30 de Janeiro estavam envoltas na construção do novo país, participando da disputa pelos espaços políticos na máquina do Estado que então ainda se firmava, interna e externamente, e grassavam tempos despóticos, com ministérios sendo revezados, exílios.

Assim como João de Barros, Cairu (que publicou o livro na Tipografia Imperial) não queria dar motivos a escândalos nem a queixumes, e teria muitos a ouvir, pois veremos adiante que o tal “30 de Janeiro”, ponta de um imenso iceberg político, comportou um significado radicalmente crítico que devia estar enodoando a trajetória de pessoas importantes que naquela sociedade de Corte, deveriam estar lutando para apagar as escaras de sua flagrante derrota em Minas. Quase ninguém tinha motivos para lembrar, apenas para esquecer. Cairú deve ter tido um bom motivo para lembrar, e se não foi apenas para ajudar os colegas “escritores” do futuro, provavelmente estava espezinhando algum integrante daquele governo rebelde, um desafeto talvez, não era assim na sociedade de Corte?

Por fim, seria muito útil na presente situação, lembrar a advertência de E. P. Thompson de que...*“a história, todavia, é composta de episódios e, se não pudermos adentrá-los, não podemos adentrar a história absolutamente”*. Mais útil ainda se se conjuga com os conselhos sábios de Le Goff, a respeito da escrita da história, que pela sua natureza, se ser escrita pelos vitoriosos, é sempre feita de memória e de esquecimento. Vamos na apresentação descrever o episódio esquecido e o processo que o engendrou.

PS. “Aos Coordenadores do Temático: Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no Século XIX: Na **revisão**, prevista nos prazos do encontro da ANPUH-2013, ampliarei um pouco o texto e anexarei referências bibliográficas para debates, temas, termos, conceitos empregados, dentro da bibliografia pedida, conceitos que já foram empregados no texto dentro da forma que

percebo atualmente, da forma como estou inserido no debate, nos temas e conceitos. Aceito de bom grado correções e sugestões dos senhores”. Obrigado. Marcus.